

## UM NOVO OLHAR SOBRE A NATUREZA HUMANA: A PROPOSTA DE FILOSOFIA MORAL DE DAVID HUME

### *A NEW LOOK ON HUMAN NATURE: THE PROPOSAL OF MORAL PHILOSOPHY OF DAVID HUME*

*Rafael Francisco Hiller<sup>1</sup>*

**Resumo:** Neste artigo, abordarei, em linhas gerais, os conceitos da filosofia moral de Hume. Sua filosofia moral surge como uma resposta as divergências que ocorriam durante o século XVIII a respeito dos fundamentos da moralidade. Basicamente, tais discussões, tinham como objetivo responder se a moral era proveniente ou não da razão. Através de tais embates seria possível evidenciar se a razão tem ou não um papel central nas distinções morais. Hume assume um posicionamento que tem por característica a superação do subjetivismo, pois concebe a moralidade como uma grande interlocução do qual os seres humanos participam. Interlocução essa pautada por nossas disposições empáticas, bem como por nossos sentimentos. Desta forma, o presente capítulo, tem o intento de demonstrar os movimentos realizados por Hume para o desenvolvimento de sua teoria moral. É notório o interesse de Hume em apresentar um novo olhar a respeito dos fenômenos morais, pois ao longo de seus escritos traz inúmeros argumentos contra concepções racionalistas e metafísicas da moralidade. Ao demonstrar a não capacidade da razão em dar sustentação aos fundamentos morais, é exposto uma via para a construção de uma base para a moral: o empirismo.

**Palavras-Chave:** Hume. Moralidade. Empatia

**Abstract:** In this paper, I will outline, in general terms, the concepts of Hume's moral philosophy. His moral philosophy emerges as a response to the divergences that occurred during the eighteenth century concerning the foundations of morality. Basically, such discussions were intended to answer whether or not morals came from reason. Through such clashes it would be possible to show whether reason has a central role in moral distinctions. Hume assumes a position that has as a characteristic the overcoming of subjectivism, because it conceives morality as a great interlocution of which human beings participate. Interlocution is guided by our empathic dispositions as well as by our feelings. In this way, the present chapter attempts to demonstrate the movements made by Hume for the development of his moral theory. Hume's interest in presenting a new look at moral phenomena is noteworthy, for throughout his writings he brings innumerable arguments against rationalist and metaphysical conceptions of morality. In demonstrating the non-ability of reason to support moral foundations, a way is presented to construct a basis for morality: empiricism.

**Keywords:** Hume. Morality. Empathy

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação social e Mestrando em filosofia (UCS). [Rafaelhiller@yahoo.com.br](mailto:Rafaelhiller@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4898652714887160>.

## 1. Introdução

Neste artigo irei abordar conceitualmente a filosofia moral de Hume. A filosofia moral do autor surgiu no século XVIII como uma resposta aos embates acerca dos fundamentos da moralidade que ocorriam na sua época. A priori, a pergunta central desses embates eram se a moral provinha ou não da razão, e se a mesma tinha um papel central no surgimento da moral. Hume caracteristicamente se posiciona superando o subjetivismo, pois, para ele, a moralidade é uma interlocução entre os seres humanos que é marcada pelas disposições empáticas e pelos sentimentos da nossa espécie. Visto isso, nosso intuito neste capítulo é expor os argumentos de Hume que serviram como base para a elaboração da sua teoria moral. Inegavelmente Hume apresenta um olhar distinto acerca dos fenômenos morais, isso fica claro a medida que ao longo de suas obras o autor traz argumentos antagônicos às noções metafísicas e racionalistas da moralidade. O autor, ao apresentar a incapacidade de a razão servir como pilar dos fundamentos morais abre a possibilidade para a concepção de uma base empírica para a moralidade. O pensamento humeano contribui para que possamos pensar o fenômeno moral através de um direcionamento empírico.

O título da obra mais importante de Hume, *Tratado sobre a natureza humana*, e o seu subtítulo, *uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*, nos mostram de forma clara e precisa quais eram os novos parâmetros que o pensamento estava adquirindo em sua época. Hume observa que, a partir de uma observação meticulosa e com o auxílio do método experimental inaugurado por Bacon e aplicado de forma precisa por Newton na física, era possível utilizar o mesmo método para o entendimento da natureza humana. O método experimental, até então utilizado apenas para a compreensão dos fenômenos de sistemas não vivos, passaria também a auxiliar no desvelar da natureza humana; eis a grande inovação multidisciplinar proposta por Hume.

Tales fundou a “filosofia” da natureza bem antes que Sócrates fundasse a “filosofia do homem”. Nos tempos modernos, Bacon introduziu o método experimental adequado para a fundação da “ciência” da natureza, ao passo que os “recentes filósofos ingleses”, ou seja, os moralistas – entre os quais, além de Locke, Hume cita Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson e Butler –, em um espaço de tempo mais ou menos igual ao transcorrido entre Tales e Sócrates, começaram a “levar a ciência do homem para um terreno novo”. Trata-se, então, de percorrer profundamente este caminho, para fundar definitivamente a ciência do homem em bases experimentais. Em suma, Hume considera poder se tornar o Galileu, ou melhor, o Newton da “natureza humana”. (REALE, 1990, p. 558).

O autor sustenta, ao longo de toda a sua obra, o argumento de que a ciência da natureza humana é, inclusive, mais importante do que toda e qualquer ciência natural. O autor apoia este posicionamento pelo fato de que, toda e qualquer ciência que não seja a ciência da

natureza humana depende, de alguma forma, das características inatas dos seres humanos. Sendo assim, caso fôssemos capazes de explicar de forma “definitiva” o intelecto dos homens, bem como a natureza das ideias que são operacionalizadas pelo nosso intelecto, poderíamos, desta forma, angariar avanços sem precedentes em todas as áreas de pesquisa.

Segundo Hume:

O único meio para obter de nossas investigações filosóficas o êxito que delas esperamos é abandonar o tedioso e extenuante método seguido até hoje e, ao invés de nos apossarmos, de quando em vez, de um castelo ou um povoado de fronteira, rumarmos diretamente para a capital, para o centro dessas ciências, ou seja, para a própria natureza humana: senhores desse centro, podemos esperar alcançar uma fácil vitória por toda a parte. Partindo daí, poderemos estender a nossa conquista sobre todas as ciências, mais intimamente ligadas à vida humana, para depois proceder ulteriormente no aprofundamento daquelas que são objetos de mera curiosidade. Não há questão de alguma importância cuja solução não esteja abrangida na ciência do homem e não há nenhuma questão que possa ser resolvida com certeza se antes não nos assenhorearmos daquela ciência. Assim, preparando-nos para explicar os princípios da natureza humana, nós na realidade visamos um sistema de todas as ciências, construído sobre uma base quase inteiramente nova, a única sobre a qual podemos ter segurança (HUME, 2004, p.134).

Tal como visto na citação acima, este é o único, porém ambicioso, projeto de pesquisa humeano. Entretanto, como podemos vislumbrar no decorrer do seu pensamento, a natureza humana, cerceada na barreira do método experimental, obstáculo este, estreito, porém vertiginoso, no que tange ao seu rigor, perde grande parte dos seus atributos até então entendidos como racionais em detrimento de características instintivas, sentimentais.

## 2. O problema da fundamentação da moral em Hume

Desde os seus estudos mais primordiais o que mais interessou a Hume foi o problema da moral, tanto é que grande parte dos seus intérpretes defende a ideia de que, “se todo o sistema humeano não for visto à luz desse interesse fundamental, ele não revela seu preciso significado”. (REALE, 1990, p. 532). Desta forma, Hume afirma que os problemas referentes ao campo dos estudos morais são os que mais lhe despertam interesse. Sendo assim, o tema que irá ocupar a sua filosofia é o da fundamentação da moral (HUME, 2009).

Hume (2009 e 2004) coloca como implausível conceber que todas as ações sejam igualmente dignas de censura e aprovação moral. Em verdade, o problema central da filosofia prática humeana é o de compreender em que medida os sentimentos e a razão motivam comportamentos desta natureza e qual princípio atua como fonte deste tipo de distinção. Conforme o autor, tanto de liberações racionais quanto os sentimentos possuem um

papel no modo como são realizadas distinções morais. Contudo, a questão está em saber qual dos lados é determinante à capacidade de distinguir o mérito de seu oposto. A razão permite que se reconheça a tendência nociva de uma qualidade ou ação. Ela exerce influência sobre o aparato afetivo, na medida em que possibilita o reconhecimento de que um juízo se baseia numa falsa impressão. Contudo, é na manifestação de um impulso emocional que se encontra a motivação para preferir um comportamento ou qualidade em detrimento de outro. Sob a ótica de uma teoria da ação, deliberações racionais podem esclarecer as variadas tendências comportamentais, mas são os sentimentos que inclinam o sujeito a realizar a censura ou aprovação moral.

Extingam-se todos os cálidos sentimentos e propensões em favor da virtude, e toda repugnância ou aversão ao vício: tornem-se os homens totalmente indiferentes a essas distinções, e a moralidade não mais será um estudo prático não terá nenhuma tendência a regular nossas ações (HUME, 2004, p.229).

Segundo Silveira (2015), a razão atua limitada pelo espectro de emoções que se é capaz de sentir. Em outras palavras, elas não podem provocar uma sensação que o indivíduo não esteja apto a vivenciar. Precisamente nesse ponto que Hume estabelece uma relação entre natureza e moral, ao defender que distinções desta natureza estão apoiadas numa sensação presente de modo universal na espécie humana.

É provável que a sentença final que julga caracteres e ações como amáveis ou odiosos, louváveis ou repreensíveis; aquilo que lhes impõe a marca da honra ou da infâmia, da aprovação ou da censura, aquilo que torna a moralidade um princípio ativo e faz da virtude nossa felicidade e do vício nossa miséria – é provável, eu dizia, que essa sentença final se apoie em algum sentido interno ou sensação que a natureza tornou universal na espécie inteira (HUME, 2004, p. 229).

Hume ressalta que um comportamento somente é considerado como moralmente certo ou errado enquanto signo de determinada qualidade que desperte interesse social. O critério de distinção reside na sua utilidade pública, sendo esta a pedra de toque das distinções morais. O modo como é estabelecida esta utilidade é influenciada pela empatia. Devido à capacidade de simpatizar com a dor e o prazer alheio, uma ação que seja socialmente útil provocará uma sensação agradável e será concebida como moralmente boa pelos membros do grupo. (SILVEIRA,2015). Hume procura defender ao longo do seu pensamento não propriamente a exclusão da razão, mas sim, evidenciar que a razão sozinha não é capaz de motivar uma ação nem uma oposição.

O autor, em sua obra intitulada: “Investigações sobre o entendimento humano e os princípios da moral” procura deixar mais clara as ideias expostas por meio de seus pensamentos no Tratado; para isso, deixa de fora a discussão a respeito das paixões humanas. Tal opção metodológica suscita uma questão: teria Hume mudado de perspectiva? Ou melhor, teria ele se rendido às perspectivas racionalistas da filosofia? Certamente, esta não é a forma adequada de interpretarmos tal questão, pois se no dedicarmos a uma leitura atenta do Tratado veremos que as proposições defendidas nesta obra continuam sendo defendidas na obra subsequente.

Ao longo de seus escritos, Hume afirma a primazia dos sentimentos enquanto impulsores das ações, sem desmerecer a razão; o autor apenas valora cada uma delas de forma distinta, ou seja, a razão surge neste caso como uma orientadora da ação. O motivo último é dado pela paixão “(...) é impossível haver uma oposição ou contradição entre essa paixão e a verdade ou a razão (...)” (HUME, 2009, p. 451). Para Hume, as paixões e a razão, enquanto conceitos, possuem diferenças importantes que devem ser ressaltadas; isso deve ser realizado em função de que ambas exercem um papel importantíssimo no entendimento do fenômeno moral. É impossível pensarmos em um sujeito que, de uma forma ou de outra, não tenha suas ações orientadas pelas suas paixões e sua razão. As paixões devem ser compreendidas como aquilo que representa o conjunto dos impulsos mais importantes e decisivos na vida humana, pois são elas que fomentam a ação. Para o autor, os sentimentos são decisivos para uma salutar compreensão do fenômeno moral, pois são considerados como características compartilhadas igualmente por todo é qualquer ser humano independente da cultura em que o mesmo se encontra inserido.

É possível verificar que Hume defende uma postura moderada no que diz respeito ao uso da razão, pois a mesma atua apenas como uma orientadora e mediadora de nossas paixões. “(...) é impossível que a razão e a paixão possam se opor mutuamente ou disputar o controle da vontade e das ações. Assim que percebemos a falsidade de uma suposição ou a influência de certos meios, nossas paixões cedem a nossa razão sem nenhuma oposição.” (HUME, 2009, p. 452). É a partir de um entendimento moderado quanto ao papel da razão na condução das ações humana que Hume empreende a tentativa de conciliar razão e sentimento. Para o autor, é essa relação de sentimento e razão que faz da moral um estudo prático com a tendência de regular a vida e as ações (HUME, 2009, p. 229). Desta forma, Hume não apenas coloca o sentimento moral como origem e fundamento da ação, como coloca a razão com papel secundário em relação ao ato moral, sem com isso despreza-la.

A força de censura e aprovação moral dos afetos está associada à empatia, que é influenciada pelo tipo de vinculação afetiva existente entre o sujeito e o seu grupo. Por exemplo, o desprezo de familiares e amigos possui intensidade e força de repreensão comportamental maior que o advindo de estranhos. Conforme Hume, laços de contigüidade e consanguinidade influenciam a vinculação afetiva, de modo que quanto maior for o número de relações existentes dentro de um grupo, maior será a capacidade dos afetos de influenciar e constringer comportamentos.

Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas consequências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos. (HUME, 2009, p. 351).

Segundo Silveira (2015), a teoria humeana sobre o fundamento das distinções morais é uma excelente forma de se abordar a questão. O binômio razão e sentimento ganha contemporaneamente os contornos da discussão entre culturalismo e evolucionismo, transformando o problema da fundamentação da moral também numa questão relativa às origens da moralidade.<sup>2</sup>

### 3.A teoria das paixões de Hume e a razão prática como fundamento da moral

Para Hume, as paixões são algo inerente e particular da “natureza humana”, são emancipadas da razão, e não subjugadas por ela. As emoções são caracterizadas enquanto “impressões” que se originam de outras percepções. Hume caracteriza as paixões em: 1) diretas e 2) indiretas. As primeiras são aquelas que dependem de imediato do prazer e da dor, como, por exemplo, o desejo, a aversão, a tristeza, a alegria, a esperança, o medo, o desespero e a tranquilidade. As segundas são o orgulho, a humildade, a ambição, o amor, o ódio, a inveja, a piedade, a malignidade, a generosidade e todas as outras que delas derivam.

Segundo Hume (2009), é possível de forma detalhada descrever cada uma dessas paixões, salientando as suas particularidades. Entretanto, os elementos centrais do seu discurso podem ser resumidos da seguinte maneira: Hume afirma que as paixões se referem diretamente ao eu, isto é, àquele indivíduo em específico, que se encontra plenamente convencido daquilo que sente e do que o leva a agir. Para além disso, a vontade também

<sup>2</sup> As discordâncias entre culturalistas e naturalistas acompanha o desenvolvimento das ciências naturais, bem como o desenvolvimento da ciência antropológica e sociológica. Com o avanço das diversas áreas científicas fenômenos que antes eram tidos como processos genuinamente culturais passam a serem visto, com o apoio das ciências naturais, como processos inatos dos seres vivos

pode ser reduzida às paixões ou, de qualquer forma, constitui algo fortemente próximo a elas. Conforme Hume, ela pode ser reduzida a uma impressão que provém do prazer e da dor, igualmente como as paixões, porém, o autor mostra certa incerteza quanto a esta questão, como nos deixa claro na citação abaixo.

Entre todos os efeitos imediatos da dor e do prazer, não há nenhum que seja mais importante do que a vontade, razão pela qual, propriamente falando, ela não se inclui entre as paixões. Entretanto, como, para a explicação das paixões, é necessária uma plena compreensão de sua natureza e das suas propriedades, a faremos agora objeto do nosso exame. Antes de mais nada, desejo observar que, por vontade, não entendo nada mais do que aquela impressão interior que percebemos e da qual nos tornamos conscientes quando, voluntariamente, damos origem a algum novo movimento do nosso corpo ou alguma nova percepção de nossa mente. É impossível definir essa impressão, como por outro lado, as anteriores impressões de orgulho e humildade, do amor e do ódio” (HUME, 2009, p.435)

Tal incerteza demonstrada por Hume no que tange à natureza da vontade acaba por reverberar na sua concepção de liberdade, conceito este que Hume nega categoricamente. Para ele, o livre arbítrio possuiria o mesmo significado de causalidade, compreendida aqui como não-necessidade. Para o autor, sustentar tal conceituação seria um absurdo, pois, este posicionamento contrariaria uma das teses centrais de sua epistemologia, a qual sustentava que os fundamentos da causalidade eram de natureza emotivo-não racional, e não de natureza ontológica e racional. Segundo Hume (2009), aquilo que chamamos cotidianamente de liberdade, nada mais é do que pura espontaneidade, isto é, a não existência tem nenhum tipo de coação externa. Ao agirmos, não somos determinados por nenhum motivo externo a nós, e sim interiores, mas, de qualquer forma, somos constantemente determinados. O mecanismo empático e os sentimentos suscitados por seu intermédio determinam nossas ações, tais motivos internos condicionam nosso agir e conduzem nossos comportamentos morais. Talvez pudéssemos sugerir ser o ponto central da filosofia moral de Hume a defesa da tese que sustenta que a razão não pode nunca se contrapor à paixão na condução da vontade (HUME, 2009), exceto quando atua de forma a refinar nossas paixões tornando-as mais brandas; neste caso, a razão atua de forma instrumental, aplacando as paixões mais violentas, tornando-as mais calmas. (HUME,2002).

Como por si só, a razão nunca pode produzir uma ação ou suscitar uma volição, daí infiro que essa mesma faculdade é igualmente incapaz de obstaculizar uma volição ou de disputar a preferência a alguma paixão ou emoção. Tal consequência é necessária, pois é impossível que a razão possa ter esse segundo efeito de obstaculizar uma volição sem dar um impulso e uma direção contrária à nossa paixão: agindo sozinho, esse impulso não estaria em condições de produzir volição. Nada pode obstaculizar ou reduzir o impulso de uma paixão senão um

impulso contrário. Se esse impulso contrário surgisse da razão, isso significaria que esta última faculdade deveria ter uma influência originária sobre a vontade e deveria estar em condições, não apenas de impedir, mas também de causar algum ato de volição. Mas se a razão não tem essa influência originária, é impossível que possa obstaculizar um princípio que, ao contrário, possui tal capacidade, ou então que consiga fazer a nossa mente hesitar, ainda que seja por um instante. Assim fica claro que o princípio que se contrapõe à paixão não pode coincidir com a razão e só impropriamente é assim chamado. Quando falamos de uma luta entre a paixão e a razão, não estamos falando com rigor nem filosoficamente. A razão é e só deve ser escrava das paixões; não podendo em caso algum reivindicar uma função diversa da de servir e obedecer a elas (HUME, 2009, p. 450).

Adotar esse posicionamento significa, de modo geral, atestarmos a supremacia das paixões sobre a razão prática, ou seja, atestar que a razão apenas possa desempenhar uma função instrumental na orientação das ações humanas.

#### 4. As motivações racionais e passionais da moralidade

No transcorrer da história da filosofia, nada foi mais usual do que o embate entre razão e sentimento. A razão não apenas era considerada uma rival das paixões, como era superior e soberana, enquanto os afetos eram encarados como sendo responsáveis pelos erros e os enganos cometidos pelos homens. Considerando tal dualismo (razão e paixão), as ações virtuosas eram ditas como aquelas motivadas e reguladas exclusivamente pela razão, ou seja, aquelas que de nenhuma forma sofriam influência das paixões. Hume, entretanto, dedicou-se a demonstrar que tal crença é enganosa em dois pontos centrais: primeiro, “a razão, sozinha, não pode nunca ser motivo para uma ação da vontade; segundo, ela nunca poderia se opor à paixão na direção contrária da vontade” (HUME, 2009, p. 449). Isto é, ela nem pode gerar nem pode impedir uma ação.

Segundo o autor, em sua primeira tese, a razão de forma alguma pode vir a motivar uma ação. Mas, por que não? Para Hume, a natureza da razão permite que a mesma se restrinja ao campo das relações de ideias (demonstração). Desta forma, como apenas os raciocínios abstratos da razão seriam a causa de uma determinada ação? A ação pertence ao mundo real, porém, a razão concentra o nosso foco em raciocínios de cunho demonstrativo, sendo assim, parece que tanto a demonstração como a volição se apresentam em campos bem distantes. Contudo, daí não segue que os raciocínios da razão se apresentam como indiferentes aos seres humanos, afinal, nas mais diferentes ocupações os homens utilizam-se de ferramentas criadas pela razão como, por exemplo, a matemática e ciências afins. Desta forma, Hume atesta que o raciocínio demonstrativo apenas influencia nossas ações quando

dirige nosso juízo sobre causa e efeito (HUME, 2009). Porém, por que Hume afirma que o raciocínio demonstrativo influencia nossas ações?

Para Hume, os raciocínios causais possuem como fundamento a experiência, isto é, o mundo empírico, cujas experiências de vida podem propiciar tanto dor como prazer aos seres humanos. São essas duas paixões basilares (dor e prazer) que fazem com que os homens se tornem motivados a identificar os objetos e eventos que as causam. Bom, uma vez que objetos e eventos do mundo podem ser as causas tanto de dores como prazeres, os indivíduos, em decorrência disso, inclinam-se a desejar ou evitar tais objetos. A expectativa de sentir dor ou prazer, proveniente das paixões, que faz com que os homens se dirijam ou não ao objeto, faz com que a razão apenas possa indicar como melhor atingi-lo ou evitá-lo, isto é, a razão é dotada de características apenas instrumentais. Sendo assim, os raciocínios causais influem na vontade na medida em que, por eles, identificamos aquilo que causa prazer e dor. (HUME, 2009). É a partir deles que maximizamos um determinado prazer e minimizamos uma determinada dor; por isso eles influenciam diretamente a ação. Porém, somente esses raciocínios não podem determinar uma ação, isto é, se algo não causa nem dor nem prazer, esse algo passará sem ser percebido e, então, ser-nos-á indiferente.

Em resumo, a razão sozinha não possui as qualidades necessárias para motivar uma determinada ação. Primeiro, ela pertence a outro escopo, das relações de ideias, e como tal, não faz parte diretamente ao mundo real; desta forma, a razão e a ação estão, a princípio, em campos separados. Segundo, os raciocínios causais, que não são provenientes da razão, podem, de certo modo, sofrer alterações positivas através dela. A razão pode influenciar as nossas ações de forma indireta na mesma medida em que buscamos desvelar a relação causal existente a fim de evitarmos determinados objetos.

A segunda tese de Hume pode ser descrita como a tese de que a razão de nenhuma forma pode se opor à paixão na direção oposta da vontade. Como visto anteriormente, a razão não pode gerar nenhuma volição, ou seja, ela não tem a capacidade de influenciar de forma direta a ação e a vontade; assim, parece legítimo afirmar que ela “é igualmente incapaz de impedir uma volição ou de disputar nossa preferência com qualquer paixão ou emoção” (HUME, 2009, p. 450).

Para o autor, a vontade e, por conseguinte, a ação, são influenciadas, primeiramente, pelas paixões e, de forma específica, pela expectativa de sentir dor ou prazer. O único papel da razão no que tange ao respeito à ação é de dirigir os atos volitivos provenientes da vontade, e, portanto, das paixões. Neste sentido, ela não pode, além de ser responsável pela demonstração, ser também encarregada pela ação. A razão nunca pode impedir ou produzir

imediatamente uma ação, contradizendo-a ou aprovando-a, tampouco pode ser a fonte da distinção entre o bem e o mal morais. Segundo Hume:

A razão é a descoberta da verdade ou da falsidade. A verdade e a falsidade consistem no acordo e no desacordo seja quanto à relação real de ideais, seja quanto à existência e aos fatos reais. Portanto, aquilo que não for suscetível desse acordo ou desacordo será incapaz de ser verdadeiro ou falso, e nunca poderá ser objeto de nossa razão. Ora, é evidente que nossas paixões, volições e ações são incapazes de tal acordo ou desacordo, já que são fatos e realidades originais, completos em si mesmos, e não implicam nenhuma referência a outras paixões, volições e ações. É impossível, portanto, declará-las verdadeiras ou falsas, contrárias ou conformes à razão. (HUME,2009, p.489)

Sendo assim, Hume pretende demonstrar quão limitada é a área de atuação da razão, e ele mostra que a faculdade responsável pela demonstração não pode ser motivadora da volição ou pelas distinções morais que realizamos frequentemente. A respeito desta restrição, o autor fala que “a única possibilidade de a razão ter esse efeito de impedir a volição seria conferindo um impulso em direção contrária à de nossa paixão” (HUME 2009 p.450). Porém, como ela não gera nenhum tipo de volição, conclui-se que também não é capaz de impedi-la. Ademais, Hume fala que “quando nos referimos ao combate entre paixão e razão, não estamos falando de uma maneira filosófica e rigorosa” (HUME 2009 p.451). Isto é, não existe essa oposição entre esses dois princípios em sua filosofia, pois, a razão, refere-se à verdade e à falsidade e as paixões ao que é bom ou mal. Desta forma, nada pode ser mais relacionado do que razão e paixão e, portanto, não há espaço para opô-las. Segundo Hume (2009), podemos, desta forma, objetar que muitas vezes supomos a existência dos objetos ditos perigosos equivocadamente e, sem sabermos o motivo, sentimos medo. Ainda, quando a fim de atingir determinado objetivo, nos enganamos em nosso pensar e, com efeito, acabamos por encontrar apenas meios inadequados para atingi-lo.

Assim, podemos nos questionar se em algumas vezes às paixões são opostas à razão, a saber, quando elas tendem a nos induzir a certos erros. Porém, podemos afirmar que uma paixão tem de ser necessariamente acompanhada de algum juízo falso para, desta forma, poder ser contrária à razão; e mesmo assim, não é propriamente a paixão que é contrária à razão, mas sim o juízo. (HUME,2009). Desta forma, não é porque sentimos tristeza ou esperança ao nos enganarmos em algum dos nossos raciocínios, a saber, que tais paixões passam a ser opostas à razão por serem contrárias à verdade. Não são as paixões, mas os raciocínios que são falsos.

Uma paixão não pode nunca, em nenhum sentido, ser dita contrária à razão, a não ser que esteja fundada em uma falsa suposição ou que escolha meiosinsuficientes para o fim pretendido” e Hume continua e conclui que “é impossível que razão e

paixão possam se opor mutuamente ou disputar o controle da vontade e das ações” (HUME 2009 p.452)

Essa contestação, porém, serve para confirmar a tese anterior de que a razão só pode influenciar a vontade de forma indireta. As paixões nos impulsionam, a razão, porém, pode nos guiar, escolhendo os meios adequados ou não para alcançar os fins sugeridos pelas paixões. É importante mostrar que constantemente se confunde os efeitos causados pela razão, com os causados pelas paixões, sobretudo, no que tange às afeições consideradas por Hume como calmas, pois assim como a razão quase nunca é responsável pela produção de nenhuma forma de sentimento sensível, as paixões calmas muitas vezes não são reconhecidas, isto é, passam despercebidas, podendo, desta forma, ser rapidamente confundidas. “É por isso que toda ação da mente que opera com a mesma calma e tranquilidade é confundida com a razão por todos aqueles que julgam as coisas por seu primeiro aspecto e aparência” (HUME 2009 p.453) e dessa forma supomos que procede da mesma faculdade que julga sobre a verdade e a falsidade.

Considerando os parágrafos anteriores, podemos elencar mais três das características da razão: 1) tem sua área de atuação restrita à verdade e à falsidade, e não ao bem e ao mal; e, 2) ela é escrava das paixões e isto significa, de forma direta, não possuir a força necessária para motivar nossas ações. Ser escrava, neste caso, significa que ela não pode levar um determinado sujeito a uma ação específica, ou melhor, ela não tem a propriedade de despertar a vontade, passando assim, desta forma, a ser subserviente das paixões. Não significa que a razão não nutra certa autonomia em seus raciocínios, nem significa que ela não tenha uma influência na vida prática dos homens. Significa apenas que ela não imputa um determinado desejo à vontade.

A terceira característica da razão segue-se da segunda. A área de atuação da razão é o da relação de ideias e estas trabalham com análise de conceitos, ou seja, com comparação de pensamentos, isto é, entre o acordo e o desacordo entre as concepções vigentes. Que o todo apresente-se como maior que as partes é verdade que faz parte da relação estabelecida entre tais ideias; da mesma maneira que é falso que dez vezes dois seja dez. Como é a razão que faz todas as operações matemáticas, é ela também a responsável por julgar a verdade e a falsidade de uma asserção.

## 5. Considerações finais

Hume negava que a razão pudesse estimular o movimento da vontade, isto é, que a razão fosse capaz de ser caracterizada como o fundamento legítimo da vida moral. Desta forma, a moralidade deve proceder de alguma outra fonte, uma causa não racional. Em decorrência disso, Hume afirma que os fenômenos morais são responsáveis por causarem paixões e promover ou impedir todas as nossas ações, coisas que, pelas razões elencadas acima, a razão não está apta a realizar. Sendo assim, é impossível sugerirmos que a distinção entre o bem e o mal moral possa ser realizada pela razão, posto que essa distinção tem sobre as nossas ações uma influência da qual a razão é por sua natureza incapaz. A resposta para as asserções acima é clara para Hume: o fundamento da moralidade é o sentimento. Aqui, sem sombra de dúvida, temos uma afirmação humeana de teor fortemente paradigmático. Segundo Hume:

A moral é mais propriamente objeto de sentimento do que de juízo, por mais que, esse sentido ou sentimento seja, habitualmente tão doce e leve que somos levados a confundi-lo com uma ideia, segundo o novo costumeiro hábito de tomar por idênticas as coisas que tem uma forte semelhança recíproca (HUME, 2004, p.138).

Desta forma, podemos fazer a seguinte indagação: Que sentimento é este que é caracterizado como sendo o fundamento para a moral? Segundo Hume, é um sentimento peculiar de prazer e dor. Para Hume, a virtude gera um prazer de tipo peculiar, assim como o vício causa uma dor de característica particular, de forma que, se conseguirmos explicar o que é o prazer e dor de forma satisfatória, por correlação direta, entenderemos também o vício e a virtude.

Ter o sentido da virtude nada mais significa que sentir uma satisfação de um tipo particular ao contemplar uma certa qualidade. E é exatamente nesse sentir que reside a nossa louvação ou admiração. Nós não vamos além: Não procuramos buscar a causa da satisfação. Nós não inferimos que uma qualidade seja virtuosa porque ela nos agrada: é no sentir que ela nos agrada de certo modo particular que nós sentimos que, com efeito, ela é virtuosa. Isso também ocorre em nossos juízos sobre todo o tipo de beleza, gostos e sensações. A nossa aprovação está implícita no prazer imediato que todas essas coisas dão”. (HUME, 2009, p.511)

Como afirmamos acima, o prazer e/ou a dor moral são de ordem particular, desta forma, devemos supor que os mesmos devem ser nitidamente diferentes dos demais prazeres e dores. Com efeito, por prazer nós entendemos sensações muito antagônicas entre si, como diz Hume, uma coisa é o prazer que sentimos ao bebermos alguma bebida outra é o prazer que experimentamos ao ouvirmos um bom arranjo musical.

Faz parte da nossa natureza humana a capacidade de realizar tais distinções de prazeres e dores. Nós assimilamos de forma quase que imediata a dessemelhança entre os mais variados tipos de prazeres, não havendo, desta forma, nenhum risco de que passemos a

classificar o vinho como harmonioso e a composição de uma bela sinfonia de saborosa. Para Hume (2004), “se trata de um tipo específico de prazer e/ou dor desprovido de interesse”. Esse é justamente o sentido único do sentimento moral: ser uma afeição desprovido de qualquer tipo de interesse.

As boas qualidades de um inimigo nos são nocivas, mas apesar disso, também podem nos impor estima e respeito. Somente quando certa característica é considerada em geral, sem qualquer referência ao nosso interesse particular, é que causa tal sentido ou sentimento que a faz ser considerada moralmente boa ou má [...]. Raramente nos ocorre de não julgar um inimigo como vicioso ou de conseguir distinguir entre a sua oposição aos nossos interesses e a sua efetiva maldade ou baixeza. Mas isso não nos impede que, em si mesmos, os sentimentos sejam distintos e que um homem de caráter e dotado de discernimento possa evitar essas ilusões. (HUME, 2009, p.512)

Além disso, para o autor, o mecanismo da empatia em seus escritos desempenha um grande papel no conjunto da sua teoria moral. Tal conceito deve ser entendido notavelmente a partir de sua relevância para o sistema moral humeano. A valorização do mecanismo de empatia em seus escritos ressalta a clara oposição de Hume aos pensamentos que encaravam os seres humanos portadores de uma natureza puramente egoísta, pois não há qualidade da natureza humana mais apreciável do que nossa propensão a experimentar empatia pelos outros e a receber por transmissão as inclinações e os sentimentos alheios, por mais diferentes e até mesmo contrários que nos sejam.

Devemos ressaltar que Hume, para continuar a explicar seus conceitos éticos, recorre também à ideia de utilidade na moralidade. Desta forma, o “útil” move as nossas concordâncias, porém, aquilo que vantajoso que se fala na área de ética não pode ser entendido como aquilo que nos é benéfico particularmente, mas o “útil” “que se estende também aos outros, isto é, aquilo que é proveitoso, porém, de caráter público que nada mais é do que necessário para promover felicidade de todas as pessoas.

Nada é mais evidente que o fato de que as pessoas obtêm nossa afeição ou se expõem à nossa má vontade na proporção direta do prazer ou desprazer que delas recebemos, e que as paixões mantêm exatamente o mesmo ritmo que as sensações em todas as suas mudanças e variações. Aquele que encontra uma maneira de se tornar útil ou agradável a nós, seja por meio de seus serviços, sua beleza, ou sua adulação, pode estar certo de que terá nossa afeição. Ao contrário, aquele que nos prejudica ou desagrada sempre despertará nossa raiva ou ódio. (HUME, 2009, p. 382)

Assim sendo, para Hume, a utilidade surge como a *prima* fonte do sentimento moral entre os indivíduos, pois é ela que tenderá a preservar os comportamentos benéficos para os agrupamentos humanos permitindo a manutenção da vida em grupo. Pois, se a utilidade nunca é considerada a partir do viés particular de cada um, segue-se, deste modo, que tudo o que de alguma forma contribui para a felicidade da comunidade como um todo ganha diretamente a nossa aprovação e também a nossa boa vontade. Eis para Hume um bom princípio para explicar a origem da moralidade na espécie humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Traduzido por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Traduzido por Débora Danowski. São Paulo, Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Do contrato original. In: **Ensaio Morais, Políticos e Literários**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 2002

SILVEIRA, M. M.. Aspectos naturais e sociais dos sentimentos morais na filosofia de Hume. **Controvérsia** (UNISINOS), v. 11, p. 190-199, 2015.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo, Paulus, 1990.

